

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Eu, _____, RG nº _____,
CPF nº _____, domiciliado no endereço: _____,
_____,
ocupante do cargo _____, indicado pelo
Prefeito(a) do Município de _____/_____, **DECLARO** que
cumpro todos os critérios gerais e específicos assinalados abaixo, **para fins de
indicação como membro** _____ **no Conselho
Superior do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS)**, sob
as penas da lei, notadamente a responsabilidade civil, administrativa e criminal.

- I. Não possuo condenações criminais, cíveis ou administrativas que comprometam a minha atuação ou que representem conflito de interesses para o exercício do cargo, segundo o que dispõe o art. 7º, §§ 3º a 6º, da Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026;
- II. Não integro outra lista de indicação para representação no Conselho Superior do CGIBS, nos termos do art. 481, § 4º, da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 13 de janeiro de 2026;
- III. Não me enquadro nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
- IV. Possuo:
 - a. formação acadêmica em nível superior compatível com o cargo, reputação ilibada e notório conhecimento em administração tributária;
 - b. vínculo de subordinação hierárquica com o Município que me indicou;
 - c. experiência profissional mínima, atendida, no mínimo, uma das alternativas:

Estar no exercício de cargo de Secretário(a) de Fazenda, Finanças, Tributação ou cargo similar que corresponda à autoridade máxima da administração tributária do Município ou do Distrito Federal.	SIM ()	NÃO ()
Ter experiência de, no mínimo, 10 (dez) anos na administração tributária do Município ou do Distrito Federal.	SIM ()	NÃO ()
Ter experiência de, no mínimo, 4 (quatro) anos como ocupante de cargos de direção, de chefia ou de assessoramento superiores na administração tributária do Município ou do Distrito Federal.	SIM ()	NÃO ()

Asseguro que todas as informações aqui prestadas são verdadeiras, pelas quais assumo integral responsabilidade.

Autorizo o tratamento e a publicização dos meus dados pessoais exclusivamente para os fins da indicação ao Conselho Superior do CGIBS, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

_____/_____, _____ de janeiro de 2026.

_____ - _____

Anexos obrigatórios:

1. Cópia dos atos de nomeação e, se for o caso, exoneração, para a comprovação dos requisitos dispostos no item “IV” desta declaração e do art. 482, II, alíneas “a” a “c”, da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025;
2. Currículo para fins de comprovação da reputação ilibada e do notório conhecimento em administração tributária, nos termos do art. 482 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025;
3. Cópia do diploma de nível superior compatível com o cargo;
4. Documento que comprove o vínculo de subordinação hierárquica com o Município proponente.

Observações

- 1) A ausência de qualquer documentação obrigatória dentro do prazo estabelecido no Edital de Convocação é de inteira responsabilidade do candidato, sob pena de indeferimento da indicação.
- 2) A presente declaração deverá ser firmada por meio de assinatura digital, mediante certificação no padrão ICP-Brasil, conforme previsto na legislação vigente, ou pela Plataforma Gov.br.